

Que razões temos para homenagear a procuradora-geral de justiça?

Nas comemorações pela passagem do Dia do Servidor, não há razões para homenagear Fátima Travassos.

Escolhida pelo governador, apesar de ser a última colocada na lista tríplice, sua posse foi feita no Teatro Arthur Azevedo, gastando recursos públicos de forma suntuosa e perdulária, quando poderia ter usado o Auditório da Procuradoria, reformado e equipado recentemente. O episódio é apenas um exemplo do “respeito” da procuradora com o dinheiro público.

Em seguida, viajou e visitou, por quase um mês, uma miríade de autoridades. Em vez de agilizar a gestão, comportou-se como chanceler de um Poder Republicano, quando é representante do Órgão Fiscal da Lei, fiscal dos desmandos e desmazelos das outras instituições.

Transformou o site oficial do MPMA em espaço de autopromoção. Em vez de informação de interesse público, cobertura da agenda social da procuradora-geral de Justiça.

Recentemente, promoveu a reforma do seu Gabinete, procurando ampliá-lo e personalizá-lo ao seu gosto suntuoso.

Nomeou para os cargos comissionados uma penca de profissionais alienígenas, desmerecendo ocupantes de cargos efetivos. Exemplo cabal disso é o que ocorre com a Coordenação de Comunicação, onde três “estrangeiros” chefiam sete profissionais concursados.

E assim foi feito em vários setores, mostrando que a procuradora-geral valoriza a política dos cargos comissionados, verdadeiros cabides de emprego, em detrimento da valorização da carreira dos servidores. Mais uma vez as amizades se sobrepõem à capacidade técnica, que deveria ser o referencial na atuação do “fiscal da lei”.

Não paga integralmente as diárias dos servidores, mesmo com estes cumprindo integralmente com suas obrigações.

Nega-se a conceder melhorias salariais para os servidores, adotando o falso discurso da falta de recursos e do diálogo sempre aberto.

Ataca o direito de livre organização sindical, quando também se nega a reconhecer a condição do SINDSEMP como representante legitimado da categoria dos servidores.

Curiosamente, em outras ocasiões chegou a reunir-se e responder comunicações oficiais do Sindicato, inclusive fazendo contra-proposta para evitar greve dos servidores. Ou seja, quando o Sindicato não fez o que ela pediu, ela passa não mais a reconhecê-lo, revelando a sua faceta autoritária.

E o mais grave é o clima de medo e constrangimento criado



com sua gestão: são servidores removidos ao seu bel prazer, outros ameaçados ou que perderam seus cargos diante do exercício do direito sindical - como ocorreu com vários servidores que aderiram à paralisação do dia 04 de setembro. Onde estão os critérios técnicos para a concessão de cargos?

Ainda, ao implantar o percentual dos 11,98%, uma conquista assegurada pela Justiça, torna-o uma moeda de troca em nossa negociação salarial, chegando ao absurdo de se dizer responsável pela sua efetivação, quando é público e notório que a mesma ação já foi garantida aos promotores e procuradores de Justiça há mais de 06 anos.

Por último, diante da tragédia que tirou a vida de três servidoras, Fátima Travassos sequer declarou luto na Instituição e também não se mobilizou para dar amparo às famílias das vítimas e aos colegas abalados psicologicamente e socialmente. Preferiu negar ajuda e ignorar o sofrimento alheio.

Por essas razões, os servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão não homenageiam a procuradora-geral. Não pode se confundir homenagem com bajulação e subserviência.

O SINDSEMP não tem amarras!

Nossas Homenagens são para Alzimeire, Ana Lilia e Adriana Lima, que se foram, mas continuam presentes em nossa luta e esperança!